

Senado faz recadastramento para descobrir servidor 'fantasma'

BRASÍLIA — O Prodasen — Centro de Processamento de Dados — e a Subsecretaria de Pessoal do Senado Federal iniciam na próxima semana a distribuição de um questionário destinado a descobrir, em 30 dias, quantos são na realidade os funcionários da Casa. Nesse recadastramento, o servidor deverá dizer o nome, a matrícula, a filiação, o registro profissional, o número do PIS/Pasep e onde está lotado. A filha do presidente da República, Roseana Sarney Murad, técnica em Legislação e Orçamento e com um salário bruto de NCz\$ 1 mil 865,21 terá seu questionário enviado para o Palácio do Planalto.

"Mesmo sendo filha do presidente Sarney, ela será chamada a preencher esse formulário, pois é funcionária posta à disposição do Palácio com ônus para o Senado", explicou o primeiro secretário da mesa do Senado, Mendes Canalle (PMDB-MS). Funcionária do gabinete do pai, quando este era senador, Roseana foi para a Presidência da República, onde recebe além dos vencimentos de NCz\$ 2.386,44, uma gratificação de NCz\$ 1.635,13, amparada no regulamento administrativo do Senado, Artigo 530, que dispõe: "Os servidores do Senado poderão, autorizados pela comissão diretora, prestar serviços a outros órgãos do Poder Público ou aceitar missões estranhas ao Senado". Ela recebe um total bruto de NCz\$ 4.021,57.

Trem — A primeira reunião da mesa recém-eleita pelo Senado durou três horas e o assunto predominante foi o volume de servidores. "Vamos ver se consertamos esta Casa para que não passemos dois anos aqui nos reunindo toda semana para discutir pessoal", disse Mendes Canalle ao final da reunião. Nelson Carneiro abriu o encontro dizendo que o fundamental no momento é que a mesa tenha uma visão ampla da situação administrativa do Senado. Quem mais defendeu o recadastramento foi Mendes Canalle, que já o aplicou quando governador de Mato Grosso do Sul e que levou um modelo do formulário para mostrar aos senadores.

Saber se o questionário deve sair com o nome do presunível servidor ou em branco foi outro assunto que demorou a ser discutido. Canalle defendeu a ideia de que o espaço para o nome deve ficar em branco, a fim de que os *fantasmas* sejam obrigado a se identificar e a dizer em que seção estão lotados. Quem não responder ao formulário em 30 dias sairá da folha de pagamento do Senado Federal, abrindo-se em seguida um inquérito para caracterizar o abandono de emprego. Quem estiver cedido para outro repartição pública sendo necessário ao Senado, deverá ser chamado de volta, desde que esteja cedido com ônus para a Casa. "Não é justo esse desvio de recursos do Legislativo".

Mas o primeiro assunto discutido pela mesa foi a maneira de se frear um *trem da alegria* patrocinado pelo ex-presidente Humberto Lucena. Ele fez a mesa diretora anterior aprovar um ato dando estabilidade a 28 servidores que exerciam cargos de confiança, de secretários parlamentares e de assessor técnico, os quais cada os integrantes da mesa anterior tinham direito de preencher provisoriamente. Os cargos eram de confiança mas, mediante um ato, a mesa podia decretar a estabilidade. Isso só não aconteceu porque o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), primeiro secretário da mesa anterior, protestou contra a decisão e apresentou um recurso, acatado ontem pela mesa presidida por Nelson Carneiro. O ato de Lucena foi julgado insubstancial.

Illegalidade — Outro assunto discutido foi o *trem da alegria* patrocinado pelo ex-senador Moacyr Dalla (PDS-ES), em 1984, para a lotação em mais de 500 servidores na gráfica do Senado. Nelson Carneiro decidiu pedir à assessoria jurídica da Casa que procure descobrir no Supremo Tribunal Federal o que aconteceu com o processo que apurava a ilegalidade das nomeações. Quanto à possibilidade desses funcionários alegarem estabilidade em decorrência da nova Constituição, que garante os servidores com cinco anos de serviço, Mendes Canalle disse que isso não existe.

Brasília — José Varela



Na primeira reunião da nova mesa do Senado, o empreguismo foi o tema principal